



ISSN 2177-2940
(Online)

ISSN 1415-9945
(Impresso)

Os Militares e a Guerra Fria no Brasil

<http://dx.doi.org/10.4025.dialogos.v22i1.41731>

Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha

Livre Docente em Ciência Política na Unesp - Universidade Estadual Paulista (2016), prrcunha@uol.com.br

Palavras Chave:

Guerra Fria; Militares; Política; Brasil.

Keywords:

Cold War; Military; Politics; Brazil

Palabras clave:

Guerra Fría; Militares; Política; Brasil.

Resumo

O presente artigo procura resgatar um dos períodos mais intensos e menos estudados da Guerra Fria no Brasil, quando duas correntes militares antípodas política e ideológicas atuaram na perspectiva de influenciar através de suas entidades de classe um projeto de nação. Entretanto, essa reflexão tem por foco, os militares nacionalistas e de esquerda, oficiais e praças das forças armadas cuja intervenção foi bem sucedida ao final, com a vitória da Tese do Monopólio Estatal do Petróleo e não intervenção brasileira no conflito coreano, embora ao custo de uma repressão sobre centenas de militares, muitos deles presos e torturados e até hoje não anistiados, demonstrando em última instância, a fragilidade da democracia e do Estado Democrático e de Direito no Brasil.

Abstract

The Military and the Cold War in Brazil

The present article seeks to recover one of the most intense and least studied period of the Cold War in Brazil, when two military antipodal political and ideological currents acted in the perspective of influencing through its class entities a nation project. However, this reflection is focused on the nationalist and leftist military, officers and squares of the armed forces whose intervention was successful in the end, with the victory of the Thesis of the State Petroleum Monopoly and not Brazilian intervention in the Korean conflict, although at cost of a crackdown on hundreds of soldiers, many of them imprisoned and tortured and still unamused, demonstrating in the last instance the fragility of democracy and the Democratic State and Law in Brazil.

Resumen

Los Militares y la Guerra Fría en Brasil

El presente artículo busca rescatar uno del período más intensos y menos estudiados de la Guerra Fría en Brasil, cuando dos corrientes militares antípodas políticas e ideológicas actuaron en la perspectiva de influenciar a través de sus entidades de clase un proyecto de nación. Sin embargo, esta reflexión tiene por foco, los militares nacionalistas y de izquierda, oficiales y plazas de las fuerzas armadas cuya intervención fue exitosa al final, con la victoria de la Tesis del Monopolio Estatal del Petróleo y no intervención brasileña en el conflicto coreano, aunque al costo de una represión sobre cientos de militares, muchos de ellos presos y torturados y hasta hoy no aniquilados, demostrando en última instancia, la fragilidad de la democracia y del Estado Democrático y de Derecho en Brasil.

E aqui impõe-se situar bem o dever que nos cabe, a nós militares, como cidadãos brasileiros, de pensar e firmar opinião sobre os problemas que interessam à vida, à independência e ao futuro de nosso povo, todos eles intimamente entrelaçados às questões de defesa nacional e as condições essenciais de que depende o cumprimento de nossa o cumprimento de nossa missão de soldados. Isso quer dizer, antes de tudo, que o fato de sermos militares não nos tira a condição de cidadão, condição que nos impões o dever sagrado de analisar os acontecimentos políticos externos, para discernir o grau de justeza, sempre em função do interesse nacional e dos sentimentos da maioria da população. Estillac Leal (Sodré, 2010, p. 380).

A passagem em epígrafe, é um recorte ilustrativo de um particular momento na história do Brasil, o discurso do general Estillac Leal quando da posse da diretoria do Clube Militar em 1950, um período pouco explorado academicamente, e igualmente relacionado ao conflito entre duas tendências políticas e ideológicas entre militares, e que está relacionada à intervenção de um grupo à esquerda formado por oficiais e praças (Militares Subalternos) no curto interregno democrático entre 1945 a 1964. Reflete ainda um polêmico paradigma, uma vez que não está questionada em nossa interpretação, a legitimidade ou não dos militares participarem da política, mas principalmente, há o reconhecimento dessa participação enquanto princípio posto por esse grupo de militares e à esquerda em defesa da democracia e da legalidade.

É um aspecto nada isento de conflitos no plano interno da instituição militar e do governo, mas também agravado igualmente no externo, refletindo por toda a década até o golpe de 1964, e que, de certa forma, reemerge no debate contemporâneo a partir da constituição de 1988. Por essa razão essa reflexão parte do princípio

de haver na história do Brasil a presença dos militares na política, cuja singularidade do período que ora apresentamos, além da dimensão desproporcional repressiva da reação conservadora a um projeto nacional, democrático e à esquerda; teve ainda como eixo interveniente em contrário, uma articulação de grupos civis e militares e com apoio americano, imperialista, recorrendo a sua real qualificação, alias, bem ostensiva como veremos. Em última instância, essa equação igualmente confere ao debate, os muitos desafios de uma intervenção cidadã entre os militares, confrontando possibilidades e os limites da democracia no Brasil, e em relação a este grupo, operacionalizados pela Comissão Nacional da Verdade – CNV, com o conceito de *Militares Perseguidos*, e que se apresenta com a seguinte substância:

Entre 1946 e 1988, o grupo de militares perseguidos era composto por militares nacionalistas, socialistas e comunistas. Formado por oficiais e praças, esse grupo foi perseguido de várias formas: mediante expulsão ou reforma; sendo seus integrantes instigados a solicitar passagem para a reserva ou aposentadoria; sendo processados, presos arbitrariamente e torturados; quando inocentados, não sendo reintegrados às suas corporações; se reintegrados, sofrendo discriminação no prosseguimento de suas carreiras. Por fim, alguns foram mortos. Esse grupo apresenta um número expressivo de integrantes, sendo a categoria social que contabilizou maior número de violações de direitos ao longo do período, quando comparadas, proporcionalmente, com outras categorias. Incluem-se necessariamente neste cálculo aqueles perseguidos por participar das lutas pelas grandes causas nacionais, entre 1946 e 1964, bem como os perseguidos no limiar do processo de redemocratização, em sua maioria praças e bombeiros das Polícias Militares.¹

1 <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/Volume%20-%20-%20Texto%201.pdf>

Um novo tempo? nem tanto

Inicialmente, é importante ressaltar que a intervenção dos militares de esquerda na política permeou toda nossa história republicana brasileira, mas o período que temos em foco teve início ano de 1945 a 1954, um tempo que inicialmente sugeria um novo tempo, afinal, as grandes potências, apesar de suas antípodas concepções políticas e ideológicas, havia uma trégua irmanada advinda da vitória contra o nazi-fascismo sugerindo estarmos no limiar de uma nova história. O Brasil partilhava dessa ilusão, afinal emergimos em 1945 ao lado das potências vencedoras do nazi-fascismo e os pracinhas retornavam ao país como heróis, a despeito da desconfiança de muitos generais e civis com o aprendizado político que os envolveram em combate no cenário italiano. Um dado que confere factibilidade a essa tese pode ser vista na desdenhosa recepção aos ex. combatentes, desmobilizados meteoricamente em sua chegada ao Brasil (FERRAZ, 2012), ou ainda confrontados politicamente com militares e de esquerda², ou por serem entre outros, identificados com um nacionalismo à esquerda presentes em algumas agremiações socialistas como Herculino Cascardo ou Miguel Costa somente para citar 02 prestigiados líderes; ou ainda aqueles vinculados ao Partido Comunista, muitos deles também heróis da FEB como Salomão Malina entre outros que retornavam

heróis da resistência ao nazi-fascismo na Europa como Apolônio de Carvalho e Dinarco Reis.

O tempo era, sobretudo, combustor, ainda em baixa temperatura, mas não demoraria a desvanecer esses sonhos e o conflito inerente as visões de mundo diferenciadas no campo ideológico viesse à tona entre duas áreas de influência, uma capitalista liderada pelos Estados Unidos e outra a comunista liderada pela União Soviética, enterrando a ilusão de uma coexistência pacífica, mormente, frágil Paz Armada posta na agenda, cujo epílogo adveio de quase uma terceira guerra mundial em duas ocasiões até 1964. A primeira foi a guerra da Coreia, seguida da crise dos mísseis em Cuba, mas intercaladas nesse período por dezenas de conflitos de maior ou menor monta. Seus reflexos foram quase imediatos no Brasil.

No país, a democracia que se iniciava em 1945 tinha em vista posta na agenda 03 grandes desafios a sua consolidação, a destacar a questão da anistia; a investigação dos crimes dos Estado Novo e principalmente; qual seria o papel dos militares à ser reconhecido na futura constituição, tendo em vista a convocação da assembleia constituinte. Era uma pauta longe de ser homogenia dada as diferentes forças políticas ou mesmo posta com tranquilidade, até porque, a Paz armada advinda da II Guerra sinalizava em um horizonte próximo para uma explosiva Guerra Fria e seus expoentes políticos antípodas

2 Valorizaremos nesse diálogo A Esquerda Militar enquanto pressuposto teórico e analítico decorrente de uma leitura *Instrumental*, tendo como ponto de partida o conceito de *A Esquerda Militar no Brasil*, desenvolvido no livro com o mesmo título por João Quartim de Moraes (2005). O conceito construído decorre de um diálogo com vários intelectuais, a destacar Nelson Werneck Sodré, que abriu pistas importantes em seus livros ao fundamentar o caráter democrático e progressista das Forças Armadas, apesar dele mesmo não admitir publicamente a existência de um componente à esquerda, e de esquerda, específico entre os militares. João Quartim de Moraes, no entanto, não somente estabelece um conceito de Esquerda à problemática dos militares, mas sugere que a Esquerda Militar pode ser apreendida como uma categoria analítica, e ou como um parâmetro político, na medida que recupera a existência desse grupo de militares de esquerda nas Forças Armadas brasileiras, problematizando sua intervenção política e teórica na história republicana, na maioria das vezes, clandestina. Nesta reflexão, a origem de esquerda e à esquerda entre os militares, encontra indícios ainda no Brasil Império, norteadas, pautadas em vetores *morais e políticos* e, a partir daí, o autor contabiliza as muitas participações progressistas das Forças Armadas na política, ou mesmo, recupera aquilo que pouco sabem ou mesmo admitem haver a existência de uma Esquerda Militar no Brasil. Na verdade, ela interveio constantemente na história recente, sendo uma determinação em capítulos políticos importantes no século XX, mas não somente, abre pistas interessantes para uma reflexão sobre os recentes acontecimentos entre os oficiais e praças, particularmente entre os subalternos das Forças Armadas e os integrantes das polícias militares na virada do século XXI. (MORAES, 2005, p. 7).

se aglutinavam e influenciavam os militares internamente, expressando um arco de agremiações à direita com a União Democrática Nacional – UDN, ou ainda no Partido Social Democrático – PSD, e no campo nacionalista e de esquerda, o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, mas principalmente o Partido Socialista Brasileiro – PSB e o Partido Comunista do Brasil – PCB.

O primeiro desafio era a anistia em 1945, e Getúlio Vargas já procurava demonstrar um distanciamento do legado repressivo do Estado Novo, dando claros sinais de uma positiva abertura política. Embora promulgasse a anistia, correlatas as anteriores e as que se seguiram, ou seja, não se distanciou de um pressuposto de ser socialmente limitada, mas principalmente, ideologicamente norteadas (CUNHA, 2010). Embora possibilitasse de fato, a libertação de 565 presos políticos anistiando muitos militares, o mais conhecido, Luis Carlos Prestes; internamente o desafio nessa problemática foram suas limitações. O exemplo maior pode ser visto entre os oficiais que participaram da rebelião de 35, em tese, militares que podiam ser beneficiados com a reintegração, entretanto, havia uma cláusula que a efetivação dessa medida ocorreria somente após parecer favorável de comissões de militares. Porém, o dado concreto foram os componentes políticos e ideológicos a permear as comissões e sua parcialidade. Noutras palavras, militares comunistas e aliancistas participantes do Levante de 35 não foram contemplados em sua plenitude, questão foi somente equacionada com a constituinte em 1988; mas àqueles à direita, e que participaram do putsch integralista de 1938 tiveram suas pretensões atendidas e reintegrados.

Contudo, mesmo parcial a democracia Brasil parecia uma realidade efetiva cujo fundamento e expressão maior de uma aparente solidez e oxigenação política, sugeria um quadro de harmoniosa conciliação tendo em vista o compromisso com a redemocratização podia ser visto com os vários partidos nacionais como o

PSD e a UDN, PTB, e também alguns de esquerda que buscavam seu espaço como o PCB e o PSB, entre pequenas agremiações regionais. A factibilidade maior dessa tese tinha fundamento na legalidade do Partido Comunista e seu exponencial crescimento, facilitado, por um lado, pelo prestígio de sua maior liderança, Luiz Carlos Prestes, um mito da história da Coluna, entre outros dirigentes comunistas recém libertos, militares entre eles alguns heróis da Força Expedicionária Brasileira – FEB; mas por outro, dado o prestígio do socialismo e da União Soviética, cujo papel determinante na derrota do nazi fascismo era reconhecido e valorizado. Os comunistas, inclusive, davam sinais claros de um compromisso com a democracia, chegando a se aproximar do *'Queremismo'*, tese política polêmica que tinha em vista a continuidade de Getúlio Vargas.

A Espada de Damocles, cuja pluralidade política e mesmo ideológica presente já pairava no ar, e além de sugerir vitalidade à democracia, implicava riscos. Talvez o dado inicial mais relevante, é que mesmo Vargas tendo se comprometido com as eleições e ter realizado movimentos políticos nessa linha, fora deposto em 29 de outubro de 1945 por um movimento capitaneado por setores militares que em pouco tempo seriam expressões dirigentes vinculadas a UDN, tendo a frente próceres do antigo regime como Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra, entre em outras lideranças como Goés Monteiro e Eduardo Gomes. Ao que tudo indica, a manobra adveio de uma correlata Operação Walkiria, entretanto, comparada à sua fracassada congênere alemã, a brasileira foi realizada com sucesso, embora não refletisse divisão na caserna. Na verdade, o movimento militar que o depôs entronizando na presidência José Linhares, Ministro do Supremo, esteve longe de ser homogêneo, e muitos dos militares, se não a maioria, que atuaram de acordo com um previsto plano de contingência, saíram dos quartéis tendo em vista uma manobra de defesa do governo e não sua deposição.

Apesar do golpe e a intenção desses setores civis e militares em um retrocesso institucional, a democracia teria seu curso, ao menos nesse primeiro momento, e não havia ambiente político para uma ditadura. Após um curto interregno de 02 meses, o governo de Linhares, caracterizando por seu empreguismo desenfreado, recebendo a alcunha de José Milhares, assegurou o calendário das eleições que foram realizadas de acordo com o calendário. À frente vários candidatos, entre eles 02 oficiais gerais, Eurico Dutra pelo PSD e Eduardo Gomes pela UDN, além de Yedo Fiuza pelo PCB, alias, essa seria uma característica do período 1945 a 1964, todas as eleições presidenciais em disputa, tiveram ao menos um candidato militar. Na última hora Getúlio Vargas orientou seus apoiadores a descarregar os votos em Eurico Dutra, tendo em vista ser ele visto como o mal menor (e ao contrário de Gomes), mantendo a promessa de não alterar as conquistas sociais advindas da legislação trabalhista, apoio foi decisivo para sua eleição (LIRA NETO, 2014). Um dado a mais chama atenção neste cenário, a presença de vários parlamentares militares eleitos no Congresso Nacional bem como as Assembleias e Câmaras, à esquerda e direita.

À esquerda, o PCB elegeu uma bancada de 15 parlamentares, entre os quais 04 ex. militares; e a UDN, apesar de ter perdido a eleição presidencial, tinha igualmente em seus quadros muitos militares, e sua intenção de aprofundamento de relações com a caserna não era objeto de ocultamento, culminando pouco tempo depois na articulação de um grupo de oficiais identificado com a agremiação mais conhecido por UDN Militar. Nesse interregno de Paz Armada que antecedia a Guerra fria, pistas já indicavam que o quadro político começava a se afastar da inusitada ou desejada normalidade institucional e democrática, sugestivamente pavimentada em bases

aparentemente sólidas após tantos anos de ditadura. Voltaremos a esse ponto.

No debate da constituinte é que se apresentou o segundo desafio à democracia e ao Estado de Direito, vindo à tona a investigação dos crimes do Estado Novo, cujo objeto de atenção, envolvia também os militares. Curiosamente, à frente desse movimento de investigação e atuando ainda no sentido de ampliar a anistia, esteve um militar vinculado a UDN, o general Euclides Figueiredo. Inegavelmente esse desafio seria mais um teste a democracia a ser construída pós-Estado Novo, e apesar de sua iniciativa em instalar a “*Comissão Encarregada de examinar os serviços do Departamento Federal de Segurança Pública*” em 1946, seguida da “*Comissão de Inquérito sobre os atos delituosos da Ditadura*”, cujo conteúdo trouxe à tona denúncias sobre torturas entre militares; o resultado final, não se traduziu em punição. Nada muito diferente das iniciativas subsequentes até a virada do século.

Por fim, o terceiro e último desafio posto nessa agenda, é o questionamento sobre o papel dos militares na nova constituição. Há algumas curiosidades, e ao que tudo indica, os comunistas pouco contribuíram nesse quesito, a despeito de sua bancada de militares, talvez, a razão maior fosse a intenção de não melindrar os demais setores das forças armadas, provavelmente pelos eventos de 35 ainda muito recentes na memória, mas sendo cultivado enquanto política anticomunista totalmente distantes de uma possibilidade de diálogo com a esquerda. Além disso, o bloco conservador era amplamente majoritário no Congresso Nacional, basta lembrar que a Reforma Agrária, tese muito cara à esquerda é abortada na própria constituição com um dispositivo que exigia prévia indenização em dinheiro.

Aprovada na constituição de 1946, Mathias e Guzzi³, sustentam que houve bem pouca inovação na organização castrense na

3 <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v25n73/v25n73a03.pdf>

carta, muito pelo contrário, sobre a participação dos militares na política, são retomados dispositivos da Carta de 1934, que conferia em última instância, uma maior autonomia para as Forças Armadas. Além disso, trazia à tona um dispositivo da constituição 1891 e que se configuraria quase como uma cláusula pétrea estabelecendo que as Forças Armadas no Art. 176 são *instituições nacionais permanentes*. Os autores chamam atenção que a Constituição de 1946 '*não afasta a política do meio castrense*', ao valorizar argumentos tais como a obediência à lei e organizando as Forças Armadas "*sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei*", o que, naquele momento, servia mais para afastar o poder civil dos quartéis do que apartar os militares do Palácio.

Por fim, é observado neste ensaio que a nova realidade da constituição democrática de 1946 conservava o Conselho de Segurança Nacional, cuja especificidade se traveste com a substituição de "*órgãos especiais*" (como era em 1934 e 1937) por "*órgãos especiais das forças armadas*" (Art. 179), além do o serviço militar obrigatório (Art. 181) e a Justiça Militar (Art. 106- 108); concluindo que o mesmo tivesse - em tese - o objetivo de sua profissionalização, '*a Lei acabou por contribuir para o crescimento das intervenções armadas na política e que culminaram no golpe de 31 de março de 1964*'.

Há um aspecto a mais que os autores não atentaram neste ensaio, o artigo 132 e que também seria um elemento combustor em 1964. O artigo continha em seu bojo, possibilidades de interpretação com condicionantes restritivos à ordem democrática que se procurava viabilizar com a nova constituição. Nele, oficiais podiam votar ou ser votados, mas praças até a graduação de cabo eram excluídos desse salutar exercício de cidadania. Em aberto ficava a situação dos militares de patente entre cabos e a dos oficiais, cuja interpretação se travestia em um verdadeiro Nó Górdio, possibilitando o entendimento ou dúvidas de serem inelegíveis (PARUCKER, 2009). Na verdade, essa ambigüidade jurídica e

igualmente política viria à tona nos tribunais nas polêmicas dos anos 1960.

O fim de uma ilusão: a guerra fria

Todavia, o não equacionamento desses desafios nesse curto interregno democrático será também um elemento de combustão com reflexos quase que imediato, especialmente ao término nesse percurso de uma frágil Paz Armada entre 1945 a 1947 e o início de uma crítica etapa vista internamente por Nelson Werneck Sodré (2010), historiador e militar, ativo participante dessas lutas como '*Consulado Militar*'. Não coincidentemente, é externamente osmótico a Guerra Fria. Seria o início de uma conturbada etapa de nossa história, refletindo não somente na caserna e ou no plano interno nacional, mas agravada externamente por um conflito político ideológico em que todas as forças políticas no plano nacional e atores no internacional até então aliados confluíram numa outra guerra, cujo epílogo, para muitos analistas, ocorreria somente em 1989. Vamos por partes.

Inicialmente, possibilidades e limites que a jovem democracia operava no Brasil estavam postos com a constituição de 1946 e vários agentes até então ausentes como o operariado, os intelectuais, o campesinato, bem como os militares, especialmente os do campo nacionalista e de esquerda buscavam seu lugar ao sol. A Guerra Fria estava em seu curso e se agravaria pouco tempo depois no plano internacional com a erupção da Guerra da Coreia, cuja resposta a possibilidade de um novo conflito mundial, e inevitavelmente nuclear, teve como decorrência a mobilização por setores de esquerda e democráticos em Campanhas pela Paz mundial, especialmente corporificados nos Apelo de Varsóvia e depois o de Estocolmo e, pelo Brasil, formados comitês para coleta de assinaturas.

Entretanto, sinais internos reacionários nesse meio tempo já estavam em curso, e partir de 1946, o governo Dutra rompe relações

diplomáticas com a URSS e teve início uma etapa de forte repressão policial ao movimento sindical, sinalizando que o campo democrático estava sendo posto em xeque no Brasil, além de políticas coercitivas como o fechamento da Juventude Comunista, e a partir de uma sutil interpretação semântica da constituição, a cassação do registro do PCB em 1947, seguido pela cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas em 1948. A frágil democracia passou a ser confrontada não somente com esses desafios inconclusos, mas igualmente com a emergência dos militares nacionalistas e à esquerda, e não somente oficiais, mas também praças das forças armadas.

Porém, esse conturbado quadriênio pós Estado Novo expresso no governo Dutra indicava seu término em 1950 e o respeito ao calendário eleitoral, e eleições sugeriam a alteração para um cenário diferenciado no horizonte, na medida que vinha à tona um personagem que despontava como favorito nas preferências, alias seria eleito, Getúlio Vargas. E mais uma vez, os militares se apresentam na política nacional como atores centrais, e o novo governo necessitava desse apoio na caserna. Embora a tese do Monopólio Estatal já fosse de ampla aceitação no meio militar, especialmente os de esquerda, confluía enquanto eixo de um projeto nacional, cuja política norteava duas correntes políticas e ideológicas antípodas na caserna, e o palco de confronto seria o Clube Militar; seguido de um segundo palco e novos atores, os Sargentos e Marinheiros, na ocasião, com uma atuação vigorosa em defesa das causas nacionais bem como pautas corporativas.

O Clube Militar desde a sua fundação refletia a melhor tradição de um histórico palco de debates sobre as causas nacionais e quase uma antessala obrigatória em que influenciava ou decidia as eleições presidenciais. Nessa época, as eleições da sua diretoria estavam intimamente articuladas a essa polêmica do Monopólio bem como a influência que os militares poderiam ter no cenário político, particularmente enquanto

base de apoio ao governo futuro que se enunciava com as eleições. Em disputa, duas chapas, a primeira 'Nacionalista', formada por oficiais e militares democráticos e de esquerda cuja posição era favorável ao monopólio estatal do petróleo; tendo à frente o General Estillac Leal, que na condição de jovem oficial participou da primeira fase da revolta em 1924. Seguramente, era um socialista, ou melhor, um tenente de esquerda na melhor acepção da palavra, e tendo como vice, o General Horta Barbosa, militar nacionalista e um dos mais destacados conhecedores da questão do petróleo no Brasil.

Ambos os personagens expressavam a melhor tradição tenentista, o primeiro a história, o segundo a viabilidade programática que era ausente naquele ideário, no entanto, um dado a mais chama atenção. A chapa tinha em vista um programa fundamentalmente nacionalista, e uma agenda democrática, mas era politicamente hegemonizada por militares comunistas, que contraditoriamente, atuavam em uma linha política diametralmente oposta ao aos *Manifesto de Janeiro* de 1948 e o *Manifesto de Agosto* de 1950 que previam a luta armada. Tudo indica que as lições de 35 estavam muito frescas entre os militares de esquerda, agravadas por uma política institucional que sustentava a falsa tese, que o movimento fora resultado de uma articulação externa em Moscou.

A despeito da falsidade desses argumentos, agravada pela acusação totalmente despossuída de fundamento sobre o assassinato pelos comunistas de dezenas de militares, dormindo, informe reproduzido internamente na caserna ao longo de décadas, tendo inclusive versões contemporâneas desta tecla, o dado concreto que a esquerda militar à frente do clube defendia a legalidade democrática, entre outras teses como um firme posicionamento contrário a internacionalização da Amazônia, e pouco tempo depois, frontalmente contrária a presença de tropas brasileiras na guerra da Coréia.

A segunda chapa 'liberal-conservadora'

expressava uma corrente qualificada por muitos de entreguista e associada ao Imperialismo, que advogava a presença da participação de capitais internacionais na prospecção do petróleo, tendo entre seus membros militares vinculados a UDN, e apoiada por prestigiosos oficiais como Juarez Távora, e à frente o general Cordeiro de Farias. A vitória foi da corrente nacionalista, mas o resultado agravaria as divisões entre os militares. A chapa derrotada formaria em reação a '*Cruzada Democrática*', tendo por objetivo combater essa corrente nas forças armadas; mas também contrapor á várias questões políticas postas na agenda nacional; além de capitalizar apoio contrário ao governo de Vargas. Por fim, objetivava ainda influenciar diretamente no debate sobre a agenda política, embora amargassem em 1953 uma derrota, a criação da Petrobrás.

Na linha do exposto, o segundo ator militar à esquerda, não era novo historicamente, os Praças e Marinheiros das Forças Armadas, cuja atuação se apresentou em grande medida através de suas associações de classe, a destacar a Casa dos Sargentos do Brasil e da Aeronáutica, e no Clube Humaitá. Antes, o associativismo militar mais recreativo, mas nessa ocasião emergiam na cena democrática confrontando os limites postos na constituição com proposta políticas cidadãs e corporativas⁴. Historicamente, alvo de muitas revoltas também nos anos 30, já que não tinham direitos reconhecidos aos sargentos, e distantes de qualquer estabilidade, podendo ser dispensados com 29 anos de serviço, ou melhor, pouco antes

de se reformarem. Demandas dos Marinheiros advinham da época da Revolta da Chibata, e ainda postas na agenda pós 45. Essa agenda de lutas teria continuidade, tendo por resposta da instituição militar, prisões e expulsões até as vésperas de 1964, cujo destaque foi a revolta dos sargentos de 1963 ou dos marinheiros no sindicato dos metalúrgicos as vésperas do golpe de estado de 1964 (SILVA, 2011; SILVA, 2017).

Concomitantemente às várias crises vistas na agenda internacional, no plano interno é agravada com a eleição de Vargas, mas sua posse igualmente teve um impacto significativo possibilitando a rearticulação de forças nacionalistas e nessa linha, o apoio militar era um imperativo para a consecução de seu projeto bem como a estabilidade de seu governo. A participação política desse grupo, de certa forma, era tolerada, porém aceita aos militares de direita e ou desde que articulada a um campo conservador. O dado novo dessas correntes à esquerda atuarem foram os obstáculos postos, sobretudo, uma forte repressão, e com a emergência do conflito coreano em 1950, o mundo esteve muito próximo de uma terceira guerra mundial, desta, nuclear.

O mote interno em resposta adveio com um artigo publicado na Revista do Clube Militar, '*Considerações sobre a Guerra da Coréia*' possibilitando uma reação articulada e pretexto, esperado ou não, embora dada a tensão política posta, uma razão correlata ao infundado motivo por ocasião da cassação do Partido Comunista. O artigo, cuja autoria é desconhecida, mas

4. Seguramente, militantes comunistas vinham a frente dessas entidades de classe, muitos deles vinculados ao Setor Militar do PCB, o Antimil, atuando com uma maior radicalidade, mas procurando dinamizar ou dar sentido de uma maior intervenção orgânica, cuja identificação era correlata às pautas nacionais postas pela diretoria do Clube Militar, mas igualmente articulada a uma agenda de demandas corporativas e históricas próprias da categoria. Para apreender a intervenção organizada dos comunistas entre os militares e sua inserção militante nas Forças Armadas na virada dos anos 1930, apesar das poucas informações disponíveis houve o Antimil ou Setor Mil -, criado um ano antes por orientação da Internacional Comunista - IC. Alguns analistas confundem o *Setor Militar* com o *Trabalho Especial* (sobre o qual não há dados de origem), mas eram instâncias compartmentadas e distintas, embora no Brasil ex-militares tenham estado à frente de ambas as organizações. Este último organismo também atuava na clandestinidade, e tinha por objetivo viabilizar ações armadas ou de resistência, bem como propiciar condições de operacionalidade aos militantes em situações de rigorosa clandestinidade, sendo particularmente ativo no pós 1947, quando o Partido Comunista foi novamente posto na ilegalidade, bem como no pós 1964. (CUNHA, 2014)

sugestivamente elaborado pelo Major Humberto Freire, corroborado pelo conjunto da Diretoria, especialmente a cultural, que tinha a frente Nelson Werneck Sodré, manteve a linha nacionalista e crítica do conflito coreano sob um outro olhar, condenando a intervenção americana, e claro, confrontando a leitura de setores que advogavam a participação brasileira na guerra. Teve início a perseguição aos militares nacionalistas e de esquerda e particularmente das diretorias dessas duas associações de militares, a do Clube Militar e da Casa dos Sargentos do Brasil (SILVA, 2017), e as entidades sofrendo uma intervenção branca, cujos membros foram designados para servir em guarnições distantes pelo país⁵.

A repressão na ordem democrática

No entanto, a repressão aos militares nacionalistas e de esquerda teve continuidade e a partir de 1952, e com contornos dramáticos. Há relatos bem sugestivos, especialmente após o quadro político e militar de Vargas começar a desmoronar em razão de várias medidas, ao que tudo indica, todas articuladas no plano nacional e internacional, demonstrando em última instância, a fragilidade de seu governo bem como as fissuras internas nas Forças Armadas. O estopim maior da crise foi a assinatura do ‘*Acordo Militar*’ pelo Chanceler João Neves da Fontoura à revelia do Ministério da Guerra, fato que levou a demissão do General Estillac Leal, enfraquecendo ainda mais com sua saída o dispositivo militar de Getúlio Vargas.

O epílogo desses fatos é conhecido, mas antes, teve início a ‘*Grande Conspiração*’, palavras

de Sodré (2010) para caracterizar o período subsequente até o suicídio de Vargas, agravadas antes pela derrota da chapa nacionalista frente a *Cruzada Democrática*, tendo à frente militares conservadores, alguns de prestígio, mas ao custo de manobras espúrias, seja falsificando atas e cédulas, ou ameaças aos oficiais da corrente oposta. Nela, temos uma das etapas mais conturbadas e menos conhecidas de nossa história, cuja perseguição aos militares nacionalistas e de esquerda, resultou em prisões e tortura de centenas de militares brasileiros em sua maioria realizada em instalações das forças armadas. Fontes disponíveis para esse levantamento são residuais⁶, mas o dado concreto é que a perseguição e tortura militares de várias patentes, embora o número de perseguidos dos praças – marinheiros, soldados e suboficiais – fosse consideravelmente maior.

Há vários relatos de torturas entre oficiais de 1952, particularmente àqueles acusados de serem comunistas, cujo procedimento investigativo violava os direitos e garantias individuais – em tese - reconhecidos pela Constituição de 1946, e desrespeitando à sua condição de militar e às patentes confrontando o Estatuto dos Militares. Exemplo nada isolado da condição precária dessas prisões na ilegal detenção de um oficial com tradição familiar na carreira das armas, e denunciada pelo Senador Domingo Velasco, segue abaixo:

– Venho à presença de vossa excelência para pedir-lhe que denuncie à nação e combata, da tribuna do Senado, a

5 A ambiguidade do momento, é que o Ministro da Guerra de Vargas era Estillac Leal, mesmo com pedidos de revogar as punições, foram por ele mantidas, demonstrando a fragilidade política e tensões internas no governo, bem como as em curso, as delicadas negociações que poderiam envolver ou não os soldados brasileiros na Coréia. Entre os perseguidos, os maiores Nelson Werneck Sodré, designado para servir em Cruz Alta, no Rio Grande do Sul; Tácito Lívio de Freitas, enviado para São Luís, no Maranhão; Humberto Freire de Andrade, que foi para Aracaju; ou o capitão Joaquim Miranda Pessoa de Andrade, designado para Fortaleza, e cassados em 1964.

6 Além da reflexão de Nelson Werneck Sodré, e alguns depoimentos de militares, o documento mais bem fundamentado são os ‘*Depoimentos Esclarecedores*’ conjunto de denúncias publicadas à época, e publicizadas por parlamentares na Câmara e no Senado e também pela imprensa. Mais recentemente, confluíram em parte em outras fontes somadas no Relatório da CNV.

arbitrariedade que esta sendo cometida contra o capitão Joaquim Inácio Batista Cardoso, meu esposo, que no momento se encontra preso no regimento de reconhecimento mecanizado. Está preso há dois meses, esteve durante muitos dias sujeito a rigorosa incomunicabilidade, e há pouco dias foi contra ele decretada prisão preventiva, pelo auditor Abel Caminha, apesar do parecer contrário do promotor. Peço a atenção de vossa excelência para esse aspecto da questão: a prisão preventiva ter sido decretada contra o parecer da promotoria. A maneira pela qual os fatos se encadeiam – interrogatórios sucessivos, insinuações descabidas, incomunicabilidade, 60 dias de prisão, prisão preventiva contra o parecer da Promotoria – parece indicar a preocupação de arranjos e combinações que venham a colocar mal o referido oficial.⁷

A revelação remetia a mesma condição de outros oficiais das três forças, presos em condições análogas, e não poupando membros da FEB e aviadores do Grupo de Caça Senta Pua⁸, presos sem provas, sendo desconsideradas suas garantias constitucionais, muitos sequer denunciados, tendo após suas prisões legalizadas pelo Superior Tribunal Militar (STM). A magnitude dessa política repressiva é que ocorreram em unidades militares espalhadas pelo do país, cuja forma e o tratamento pouco variou entre oficiais e praças, a exemplo das denúncias correlatas de prisões e torturas na 6ª Região Militar, que inclui os estados da Bahia e Sergipe. Os ‘Depoimentos Esclarecedores’, registram a prisão de 30 militares, incluindo oficiais e civis, e um em particular chama atenção, o caso do major João Teles de Menezes,

arbitrariamente preso e mantido incomunicável. Face a saúde se deteriorando dada a falta de atenção médica, tendo inclusive seus filhos, esposa e filha e o genro ameaçados e presos, após 49 dias, é ser levado para assinar seu depoimento, disse-lhe o coronel Freitas: *‘cheguei a não dar nada pela sua vida’*.

Na linha do exposto, igualmente chama atenção face ao seu número, a repressão aos praças e marinheiros e soldados, cujos relatos sobre torturas e prisões arbitrárias não deixam margem de dúvida quanto ao não equacionamento dos desafios elencados na introdução sobre a ausência de um efetivo Estado de Direto e a fragilidade da democracia no Brasil. Sob o argumento de uma situação de insurgência nos quartéis e unidades da esquadra, igualmente reflexo do posicionamento político dos militares subalternos contra a presença brasileira no conflito coreano, teve início uma feroz repressão, contando com centenas de denúncias, e os relatos são indicativos da temperatura anticomunista e dos reflexos da Guerra Fria no Brasil.

Uma delas, as cartas e depoimentos de 113 praças da Aeronáutica, Exército, marinheiros e fuzileiros navais, alguns civis, com o relato das terríveis torturas físicas que foram submetidos em unidades das Forças Armadas, bem como torturas psicológicas, além da constante ameaça de submeter suas esposas e seus filhos a igual tratamento. Entre os locais das prisões citados nos ‘Depoimentos Esclarecedores’, várias unidades das Forças Armadas do Rio de Janeiro, Natal, Salvador, Fortaleza, Recife, Porto Alegre. Em algumas situações, as torturas e tomada de depoimentos ocorreram com a presença de americanos.

⁷ <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/Volume%202%20-%20Texto%201.pdf>

⁸ A exemplo do como o major Leandro José de Figueiredo Junior, e nessa linha, seguem os relatos das prisões do capitão Joaquim Miranda P. de Andrade, Júlio Cezar Machado de Oliveira, ou do capitão tenente Thales Godoy. Soma-se a esse computo, o major aviador Fortunato Câmara de Oliveira, herói do Grupo Senta Pua, e Sebastião Dantas Loureiro, ambos combatentes na Segunda Guerra. Ao final, os majores Julio César Machado e Leandro José de Figueiredo Júnior.

Ao mesmo tempo, há nesse documento referências dos torturadores e os demais responsáveis, bem como relatos de humilhações, agressões, insultos, muitas vezes estendidas a familiares dos presos em suas residências. Em protesto, não foram poucos os praças que entraram em greve de fome, e essa brutalidade do pode ser revelada em sua dimensão pelo depoimento do marinheiro José Pontes de Tavares, barbaramente torturado:

Na mesma noite, foi entregue à Polícia Civil (DOPS), onde foi espancado barbaramente por mais de uma hora, levado nu para uma cela cheia fezes e coberta com pó de serra. Esfregado nesses dejetos, é forçado, em seguida, a ingerir uma dose cavalgar de óleo de rícino. Permaneceu nesse local sob espancamentos constantes e purgativos em número de seis, até o dia 18 sem comer e sem beber absolutamente nada. No dia 23 redobram-se os espancamentos e sevícias, sendo praticado consigo à força atos de pederastia, no reto de cassetete, untado de pimenta, e de dedos; foi-lhe esfregado pimenta nos olhos; cuspiram-lhe dentro da boca; com um alicate puxaram-lhe o pênis; com um cano de borracha esmagaram-lhe os testículos. Durante tais sevícias de mais de três horas caiu em estado de coma. Para recobrar os sentidos jogavam-lhe baldes de água fria no corpo. Assim, sob esse regime, permaneceu até o dia 30 de junho, sem comer, sem beber. No dia 1º de julho baixou ao Hospital Central do Exército, com o ouvido purgando, sem poder andar, quase morto. Esteve também preso em uma cela do Batalhão de Guardas (BG), onde foi espancado pelo capitão Adriano Freire, acompanhado de outro oficial. Conduzido no dia 10 de agosto para o Presídio da Marinha, foi arrastado violentamente para uma solitária pelo sargento carcereiro Pedro Guanabara de Miranda, que comandava

16 soldados, todos de baioneta calada. Na solitária, permaneceu até o dia 26 de setembro de onde foi tirado para um túnel (prisão 4). Durante esse período (de 13 de junho a 26 de setembro) esteve debaixo de completa incomunicabilidade.⁹

Não foi um isolado, centenas de praças e marinheiros foram presos nessa condição, mantidos incomunicáveis por semanas ou meses, e, quase sem exceção, torturados como se pode ver nos autos dos processos.

Por fim, nos relatos era descrito como normal o espancamento, a detenção em cela cheia de fezes, permanecendo muitos deles nus, sem comer e beber, além de muitas vezes serem obrigados a tomar óleo de rícino. Alguns, para evitar maus-tratos, entraram em rigorosa greve de fome. Não obstante os muitos casos, inclusive de oficiais e praças torturados, os relatos de militares subalternos encarcerados em condições degradantes são adicionados a tortura psicológica e incomunicabilidade, além de ameaçados de serem entregues à polícia, serem presos com ladrões e loucos, ou sofrerem ameaças de fuzilamento. Citada em denúncia nos 'Depoimentos' a falta de assistência quando ficavam doentes e mesmo quando transferidos para hospitais, já que ali eram constantemente ameaçados de serem seviciados na presença de suas famílias. Em outros casos, militares presos foram ameaçados para assinarem folhas em branco, além de denúncias de torturas de crianças e mulheres, familiares dos presos.

Noutra oportunidade um preso foi assistido por um padre, a quem informou que as torturas haviam levado um companheiro a tentar o suicídio. Um dos citados, ao invocar a Constituição, teve por resposta que não se falasse nessa "*prostituta derrotada*", e entre muitas manifestações de repulsas, temos em artigo, o posicionamento do advogado Sobral Pinto, cuja

⁹ <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/Volume%20-%20-%20Texto%201.pdf>

manifestação reflete o quadro exposto:

[...] para que alguém possa ser regularmente processado e preso como indiciado ou autor de um crime contra as instituições militares do país, é indispensável que tenha praticado ato que seja definido como crime pela legislação penal respectiva. Sem que em inquérito, legalmente instaurado, seja feita a prova de que a ação imputada a militar tenha sido declarada, previamente, crime de natureza militar, este não poderá sofrer prisão [...]. Não se concebe, em regimes constitucionais, como no que predomina no Brasil, que o poder judiciário ou o poder executivo se insurjam, como acaba de fazer o Superior Tribunal Militar, contra a lei penal, declarando-a caduca, insuficiente ou pernicioso. [...] Para manter presos os oficiais do Exército, despreza o texto claro, preciso da lei, e abraça, imprudentemente, o princípio vago e genérico da periculosidade das ideias e dos atos.¹⁰

Ao final, algumas sentenças foram proferidas na Justiça em 1953, e nelas houve casos de expulsão da corporação, particularmente de praças da Marinha, ou alguns casos revistos entre oficiais como o do coronel Olímpio Ferraz, cujo processo foi encerrado por sentença do Supremo Tribunal Federal; ou o pedido de absolvição de policiais militares do Distrito Federal. Firulas à parte e são muitas, 30 militares de a Força Aérea foram absolvidos por unanimidade na primeira instância, mas dado o recurso da Auditoria da Aeronáutica ao Superior Tribunal Militar; 12 foram condenados e cinco excluídos do processo. Entre eles havia sargentos expulsos antes de qualquer julgamento, que ainda não haviam sido anistiados, mas também houve oficiais que cumpriram sentença, porém, em face de suas reduzidas penas, não perderam a patente. Contudo, não conseguiram a reintegração

completa e suas promoções foram pautadas por antiguidade.

Considerações Preliminares

Breves esses apontamentos, mas revelam um quadro dantesco ainda por ser devidamente resgatado em sua plenitude; e a despeito dos números advirem em grande medida de depoimentos orais, conjuntamente com outras fontes, dados mesmo que preliminares indicam que houve algo próximo a 1.000 militares perseguidos entre 1946 e 1964; a maioria dos atingidos ocorreu nessa fase que ora expomos e posta nos 'Depoimentos Esclarecedores'. Não coincidentemente, é desse período que adveio uma legislação específica, a Lei no 1.507 e a Lei da Reforma de Oficiais, que permitia transferir para a reserva elementos suspeitos, sem qualquer processo judicial.

Há outro aspecto à ser considerado. O período, embora curto é bem emblemático e mesmo com a documentação e a publicidade dada à época relacionada a repressão aos militares nacionalistas e de esquerda, ao que tudo indica, além de pouco estudado nas lides acadêmicas, mas é também muitas vezes ignorado nos relatos biográficos e memorialísticos. Exemplo singular pode ser visto no depoimento editado em livro do Coronel Nero Moura (1996), comandante do Grupo de Caça na Itália, e atuado em 62 missões de guerra, além de posteriormente vir à ser ministro da Aeronáutica de Getúlio Vargas entre 1951 a agosto de 1954. Em suas memórias, afirmou não ter lembrança alguma sobre a forte repressão e torturas nas unidades da FAB sob seu comando, e mesmo arguido com insistência sobre a questão dado a gravidades dos fatos, fartamente publicizado na imprensa e no parlamento à época, estando entre as centenas de presos, alguns de seus comandados na Itália, pilotos e heróis de guerra como o Major Fortunato Câmara, alegou total

10 <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/Volume%202%20-%20Texto%201.pdf>

desconhecimento, contabilizando ao final o esquecimento devido à idade.

A luta dos militares de esquerda teve continuidade, inclusive, pode ser vista em alguma medida contemporaneamente. Atuaram até o golpe civil militar de 1964 em agenda em defesa da legalidade democrática; seja em defesa do governo legalmente constituído de Getúlio Vargas, confrontando na ocasião tendências e manifestações golpistas da direita militar haja vista o Manifesto dos Coronéis, com 80 oficiais signatários, entre os quais, o coronel Amaury Kruehl, encarregado dos Inquéritos Policiais Militares em 1952; ou face ao clima de rebelião dado o atentado contra Carlos Lacerda e o falecimento de um oficial da Aeronáutica. Os fatos decorrentes são conhecidos, mas dada as tensões nos quartéis e comandos navais, o resultado visível foi a formação de uma comissão de investigação conhecida como República do Galeão, e o último ato sedicioso da direita militar nesse período, veio com um segundo manifesto assinado por 32 generais, cuja resposta de Vargas à ameaça de deposição foi o suicídio, adiando em uma década o golpe de 1964.

O período posterior de 1952 não é objeto dessa reflexão, salvo pontuais observações. Estillac Leal faleceria pouco tempo depois desses acontecimentos, privando os militares de esquerda e o campo nacionalista de um oficial politicamente comprometido com um projeto de nação, e suas palavras em epígrafe bem sugerem a atualidade de uma agenda política sob muitos aspectos não equacionada, alias, recolocada na ordem do dia. Quase uma década depois daquelas prisões, muitos daqueles militares, alguns na reserva, outros ainda na ativa, seriam incluídos na lista de cassados e perseguidos pelo golpe de 1964. Alguns foram anistiados, outros ainda aguardam o reconhecimento pela Comissão de Anistia, especialmente os Praças. Uma vez mais, a democracia brasileira estaria sob a Espada de Damocles, poética analogia à uma explosiva e contínua Guerra Fria cuja presença não deixou

de nortear demais conflitos entre militares nas décadas subsequentes e até mesmo recentemente na virada do século. Essa, no entanto, é uma outra reflexão, melhor, uma outra história.

Referências

ALVES, Vagner Camilo. **O Brasil e a Segunda Guerra: história de um envolvimento forçado**. Rio de Janeiro: Ed. Puc-Rio; São Paulo: Loyola, 2002.

ARRUDA, João Rodrigues. **O Uso Político das Forças Armadas e outras questões militares**. Rio de Janeiro, Mauad X, 2007.

CARVALHO, Apolônio. **Vale a pena sonhar**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório / Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014. 976 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1)

CUNHA, Paulo Ribeiro da; CABRAL, Fátima. **Entre Sabre e a Pena: Nelson Werneck Sodré**. São Paulo: Editora Unesp/Fapesp, 2006.

_____. Militares e a Anistia no Brasil: um dueto desarmônico. In: **O que resta da Ditadura: a exceção brasileira**. Edson Telles e Vladimir Safatle (Orgs.). São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Militares e Militância: uma relação dialeticamente conflituosa**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

FERRAZ, Francisco César. **A Guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945 - 2000)**. Londrina: Edel, 2012.

MORAES, João Quartim. **A Esquerda Militar no Brasil: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o Perigo Vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917 - 1964)**. São Paulo: Perspectiva / Fapesp, 2002.

MOROSINI, Liseane. **Mais deveres que direitos: os sargentos e a luta pela cidadania negada (1930 - 1960)**. Mestrado em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil, 1998.

MOURA, Nero. **Um Voo na história**. Rio de Janeiro: Editora F. G. V. 1996.

NETO, Lira. Getúlio: 1945-1954: **Da volta pela consagração popular ao suicídio. Do Governo Provisório à Ditadura do Estado Novo (1930-1945)**. São Paulo: Cia das Letras, 2014.

PARUKER, Paulo Eduardo Castello. **Praças em Pé de Guerra: o movimento político dos subalternos no Brasil (1961-1964) e a revolta dos sargentos em Brasília**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2009.

PIMENTEL, Carlos Henrique Lopes. **A Força Expedicionária Brasileira: um olhar à esquerda: 1942 – 1952**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina, 2012.

SANTOS, Andréa Paula dos. **À Esquerda das Forças Armadas Brasileiras: história oral de vida dos militares nacionalistas de esquerda**. São Paulo: FFLCH/USP, 1998. (Dissertação de Mestrado em História Social).

SILVA, Maurício Gomes. **Militares e Militantes: a militância comunista na Casa do Sargento do Brasil e na Casa do Sargento de São Paulo 1947-1952**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do ABC, Pós Graduação em Ciências Humanas e Sociais, 2017.

SILVA, Ricardo Santos. **Os Não Anistiados: os militares da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2011.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: São Paulo: Ed. Civilização Brasileira/Expressão Popular 1965, 2010.

_____. **Memórias de um Soldado**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1967.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 35: sonho e realidade**. São Paulo: Companhia das Letras/Expressão Popular, 1992, 2007.